

Volume 17, número 4, ano, 2021

O papel do professor na sociedade na visão dos acadêmicos de licenciatura em história

Maria Luiza Antonucci Zadra¹

Maria Paula Costa²

Resumo: O presente estudo visa analisar qual é a compreensão dos acadêmicos e das acadêmicas da 4ª série (matutina e noturna) do curso de Licenciatura em História de uma universidade estadual acerca de como o professor age na atualidade e qual é o seu papel, bem como a recepção que a sociedade tem às atribuições destes profissionais. Para tanto, os alunos e as alunas responderam à questão: “Para você qual é o papel que o professor (a) desempenha na sociedade atual?”, que integra o questionário da pesquisa isolada (PqI) da docente Maria Paula Costa. O cenário da educação no Brasil tem sofrido bruscas mudanças nos últimos anos com a ascensão das políticas neoliberais e com a desvalorização do docente, esta identificada por Taffarel e Neves (2019). Portanto, ao reconhecer que existem novos obstáculos para a educação – e consequentemente para o ensino de história – é imprescindível uma análise cuidadosa acerca dos anseios e das aflições dos formandos e das formandas dos cursos de Licenciatura em História.

Palavras chave: Formação de professores; Ensino de História; Educação.

The role of the teacher in society in the view of licensing academics in history

Abstract: The present study aims to analyze what is the understanding of academics and students of the 4th grade (morning and evening) of the History Degree course at a state university about how the professor acts today and what his role is, as well as the society's reception of these professionals' duties. To this end, the students answered the question: “For you, what is the role that the teacher plays in today's society?”, Which is part of the isolated research questionnaire (PqI) of the professor Maria Paula Costa. The education scenario in Brazil has undergone sharp changes in recent years with the rise of neoliberal policies and with the devaluation of the teacher, which was identified by Taffarel and Neves (2019). Therefore, recognizing that there are new obstacles to education - and consequently to the teaching of history - it is essential to carefully analyze the desires and afflictions of the trainees of the History Degree courses.

¹ Acadêmica do curso de história pela Universidade Estadual do Centro-Oeste - Unicentro/ Campus Santa Cruz. E-mail: malu.antonucci@gmail.com.

² Docente do Departamento de História da Universidade Estadual do Centro-Oeste - Unicentro/ Campus Santa Cruz e docente do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG; Coordenadora do Laboratório de Ensino de História (LEHIS) da Unicentro - Guarapuava; Coordenadora Institucional de Estágio das Licenciaturas da Unicentro Guarapuava; Coordenadora da Residência Pedagógica subprojeto História da Unicentro. E-mail: paulaecosta@gmail.com.

Volume 17, número 4, ano, 2021

Keywords: Teacher training; History teaching; Education.

1. INTRODUÇÃO

No final da década de 2010, acompanhando a ascensão internacional da extrema-direita, Jair Bolsonaro venceu a corrida eleitoral e se elegeu presidente, assumindo o cargo em janeiro de 2019. Sua proposta de plano de governo para a educação dava ênfase as disciplinas de matemática, português e ciências como disciplinas-chave para o progresso educacional no país, além de defender o ensino à distância. Outro aspecto importante de seu plano foi a desvalorização da pesquisa no Brasil, adotando um critério relacionado ao capital, ou seja, a pesquisa universitária aparece como uma estratégia para gerar novos produtos e aumentar os lucros no país, se a pesquisa não se volta para este objetivo, ela não é incentivada. Nesta perspectiva, as pesquisas das ciências humanas sofreram uma diminuição de recursos. De acordo com Taffarel e Neves (2019), através da análise de falas e documentos promovidos pela equipe do governo e pelo próprio presidente Jair Bolsonaro, é possível identificar aspectos importantes que podem ditar o tom que a educação no Brasil vai seguir, sendo eles:

- (1) Responsabilidade do Estado - desresponsabilizar o Estado de suas atribuições de garantir direitos;
- (2) Financiamento da Educação - privatização da educação;
- (3) Direito à aprendizagem – competências e habilidades: foco nas aprendizagens e avaliações meritocráticas dos estudantes com ênfase na inclusão excludente, na concepção de formação para o mercado do trabalho, à distância, com conteúdos mínimos;
- (4) Processo de formação dos trabalhadores: desqualificação dos trabalhadores em seu processo de formação;
- (5) Valorização do trabalho e sistema de proteção do trabalho: desvalorização dos trabalhadores de educação, pela precarização, terceirização do trabalho na escola;
- (6) Formação e Exercício da docência: desvalorização da docência, desde a formação inicial à formação continuada, desvalorização do trabalho dos professores, das condições de trabalho, dos salários, da carreira, da seguridade social – assistência, saúde e previdência (TAFFAREL; NEVES, 2019, p. 314).

Aliadas aos fatores preocupantes mencionados anteriormente, as famosas *fake news* (notícias falsas, em tradução livre) e a crescente onda revisionista contribuíram para que o(a) professor(a), principalmente o de História, passasse a ser visto como doutrinador em prol de

Volume 17, número 4, ano, 2021

ideologias de esquerda, juntou-se a isso um sentimento ávido de “antipetismo” e de anticomunismo. Compreendo que todas estas questões que tangem o desmonte da educação influenciaram o pensamento dos(as) acadêmicos(as) que estavam finalizando um curso de licenciatura. É em meio a este contexto nebuloso que muitos profissionais da educação foram/serão lançados para o mercado de trabalho, fazendo com que a investigação sobre suas perspectivas de futuro seja pertinente, uma vez que a universidade precisa preparar os discentes para vivenciar esta nova conjuntura, que influi diretamente no trabalho docente, visto que suas atribuições estão sendo constantemente questionadas e atacadas.

2. METODOLOGIA

A pesquisa trata-se de uma análise qualitativa das respostas da questão nº 07 (Para você qual é o papel que o professor desempenha na sociedade atual?) do questionário pertencente à pesquisa isolada (PqI) da professora Dra. Maria Paula Costa. A pergunta nº 7, que foi o recorte escolhido para este estudo, ela permitia que os discentes discorressem sem número de linhas previamente estipulado acerca de suas impressões sobre o papel do(a) professor(a) na sociedade atual. O questionário foi aplicado presencialmente nas duas turmas. Nota-se que a pergunta que norteia este estudo não enuncia que os(as) alunos(as) deverão tratar pontualmente dos(as) professores(as) de história, mas as respostas foram em sua maioria relacionadas ao papel desta modalidade de docente. Pode-se explicar esta atitude dos(as) alunos(as) a partir da operação historiográfica proposta por Certeau (1982), onde o lugar social dos indivíduos aliado às práticas sociais os induz à uma determinada narrativa. Portanto, por mais que não se trate pontualmente de professores de história, o lugar social dos(as) alunos(as), que é a academia e as suas representações acerca do vivido os fazem construir uma narrativa a partir do seu ponto de vista em comum, o ponto de vista de futuros(as) professores(as) – especificamente – de história. Os(as) estudantes foram identificados por números de 1 a 14, os do período matutino com a letra “M” e os do período noturno com a letra “N”, sendo 6 da turma M e 8 da N. A idade está entre 20 a 27 anos; 8 se identificaram com o sexo feminino e 6 com o sexo masculino. 10 iniciaram a graduação em 2016, um em 2015, um em 2014 e um não respondeu.

3. DISCUSSÃO

Volume 17, número 4, ano, 2021

Para compreender o papel do professor de história na sociedade brasileira atual, se faz necessário traçar o histórico da formação docente e suas transformações de acordo com cada período vivenciado pelo país, pois “não é possível compreender as reformas nas carreiras de formação docente sem recorrer ao contexto em que foram gestadas” (CERRI, 2013, p. 173). É inegável que a educação e conseqüentemente a forma como os profissionais são formados mudam conforme o contexto sócio-político em que estão inseridos, pois, estes podem atuar como agentes de manutenção ou de transformação da ideologia dominante a partir da proletarização do professor, ou seja, quando a prática docente se torna alienada.

De acordo com Selva Guimarães Fonseca (2012), durante a ditadura militar que se consolidou em 1964, a formação de professores das ciências humanas atuava como uma forma de manter o status quo do regime dominante e de promover a segurança nacional, bem como o ensino tecnicista que era vigente no período. Além disso, a licenciatura se dava de forma distante da escola sem levar em conta o cenário escolar, o que dificultava muito a atuação dos professores em sala de aula, visto que eles não mantinham contato com a realidade prática da educação logo na graduação.

Em 1968 o objetivo para a formação de professores do governo dos “anos de chumbo” de Costa e Silva era amalgamar ao máximo a composição curricular dos profissionais das ciências humanas e dar ênfase à disciplina de educação moral e cívica a partir da implementação da licenciatura curta, visando controlar as ideias que pudessem vir a corroer a ideologia autoritária praticada através do questionamento do duro regime que estava vigente no país. Para isso, o governo implementou o Ato Institucional nº 5 (AI 5), que garantia que a licenciatura duraria menos anos do que outras formações, além de outros tipos de censuras e de repressões.

A partir da década de 1970, o governo ferrenho de Emílio Garrastazu Médici promoveu ainda mais o aglutinamento da formação do docente das ciências humanas. De acordo com o historiador Marc Bloch (1949), a História é o estudo da ação humana no tempo e isso constitui o objeto específico de estudo da disciplina, é importante ressaltar esta definição para que o processo de descaracterização dos estudos históricos seja compreendido com maior esclarecimento. Com a formação do historiador reduzida à “Estudos Sociais”, esta

Volume 17, número 4, ano, 2021

especificidade da História é perdida, pois, segundo Fonseca (2012), o instrumental utilizado era o das ciências sociais.

O método das ciências sociais pouco tem a ver com o que propõe Marc Bloch para a História, afinal é uma disciplina diferente: é um erro tratar as ciências humanas como uma coisa só. Além disso, é importante ressaltar que

Nos conteúdos mínimos são evidentes a dimensão doutrinária e conservadora da EMC [Educação Moral e Cívica] e da OSPB [Organização Social e Política do Brasil], além de uma série de noções e conceitos gerais de História, Geografia, Política, Sociologia, Filosofia etc. (FONSECA, 2012, p. 29).

Quando o professor possuía este tipo de formação, o aluno da educação básica assimilava e aprendia conforme pretendia o governo, visto que

[...] a finalidade da aprendizagem era inserir o educando em um meio cada vez mais amplo, tendo como norte a questão da nacionalidade construída a partir do conhecimento legado das gerações do passado. (SCHMIDT, 2012, p. 84).

A licenciatura curta durava dois anos e meio, logo, os profissionais iam muito rápido para o mercado e sabendo rasamente sobre uma gama de assuntos que deveriam ser estudados com cautela e profundidade. Isso ocasionou uma desvalorização da profissão docente e aliada aos Estudos Sociais, os professores passavam a atuar sem conhecer a especificidade e o instrumental do conteúdo que estavam lecionando. Este fenômeno foi extremamente importante para que não houvesse um questionamento massivo do autoritarismo, visto que os professores eram polivalentes e passavam para os seus alunos apenas o que o Estado permitia, sob o risco de perseguições políticas.

Em 1980, a ditadura militar vivia sua decadência com a progressiva abertura política e ideológica. Como afirma Fonseca (2012), o ensino passou a sentir com força os reflexos da proletarização do professor polivalente e os anos seguintes foram voltados para este docente, ou seja, as universidades conjuntamente com a ANPUH passaram a refletir acerca de quem estavam formando, para quem e como. Para Mesquita e Fonseca (2006), chegou o momento

Volume 17, número 4, ano, 2021

para repensar a formação do professor, o ensino de história e a historiografia, esta que passou a ser extremamente influenciada pelas escolas francesas, em destaque para a Escola dos Annales – que defendia a ampliação das fontes e de quem são os sujeitos históricos.

É correto afirmar que a década de 1980 significou um momento de transição para o ensino de história, visto que o instrumental específico da disciplina ascendeu ao centro das discussões sobre as novas possibilidades de formação de professores, onde foi conveniente rechaçar a licenciatura curta e Estudos Sociais e com isso, a vertente pedagógica de professores prático-reflexivos ascendeu. Porém, Fonseca (2012) defende que a preocupação em formar o professor sob a ótica de novos ares historiográficos e curriculares monopolizou a atenção das universidades, e a consequência disso foi o apagamento da figura do aluno durante o período em que o professor estava em formação.

Na década de 1990, as problemáticas e os debates gestados nos anos anteriores ganharam forma na prática, foi a década em que a pesquisa em ensino de história (todas as instâncias da relação ensino-aprendizagem e não apenas os professores) triunfou. A redemocratização foi seguida de uma forte onda neoliberal no Brasil, onde os financiamentos aumentaram e a educação, conseqüentemente, acompanhou o advento desta ideologia. O cenário do ensino nos anos 1990 foi marcado por ações categóricas que visavam reformá-lo – principalmente na esfera legislativa – tais como a consolidação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação da Educação Nacional (LDB), os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), que não deixam de ser uma forma de controle e de monitoramento estatal da educação. Portanto, é possível afirmar que

[...] no que diz respeito às concepções de formação e de docência que se pode evidenciar, tanto nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica como nas Diretrizes Curriculares dos Cursos de História, currículos revestidos de roupagens conservadoras, próprio dos projetos neoliberais (MESQUITA, 2008, p. 63).

A década de 1990 trouxe consigo o aumento das licenciaturas em História no Brasil – contrapondo-se à valorização quase que exclusiva da pesquisa e do bacharelado que vigorou

Volume 17, número 4, ano, 2021

nos anos 1980 –, visto que o curso de Estudos Sociais, onde o professor se formava polivalente, foi ultrapassado. Estatisticamente,

[...] um sétimo dos cursos [de História] criados entre 1991 a 1995, a proporção de bacharelados cai respectivamente para em torno de um bacharelado a cada oito licenciaturas criadas... (CERRI, 2013, p. 174).

Porém, a oposição ou até mesmo o antagonismo entre formação para o ensino (representada pela licenciatura) e formação para a pesquisa (representada pelo bacharelado) é um fator importante para caracterizar as universidades e a formação de historiadores na década de 1990, visto que

[...] em geral, as instituições formadoras não buscam ou não conseguem romper com a dicotomia teoria/prática, com a desarticulação entre a preparação pedagógica e a separação ensino/pesquisa existentes, no interior dos próprios Cursos de Licenciatura e entre as Licenciaturas e Bacharelados (FONSECA, 1996, p. 103).

Os anos 2000 e 2010 herdaram características do modelo educacional das décadas anteriores, porém

Nas duas últimas décadas foram intensificados os debates sobre formação de professores no Brasil, concomitantemente à promulgação de dezenas de leis, pareceres, decretos, portarias e diretrizes curriculares no campo da educação superior. Estas novas políticas educacionais públicas exigiram reformulações curriculares nos cursos de graduação, que se cumpriram principalmente na primeira década do século XXI, visando à adequação e atualização da formação frente ao novo cenário político legal (CAIMI, 2013, p.194).

Mais precisamente, na discussão que tange à aprovação das Diretrizes Curriculares dos cursos de História, aprovadas pelo Parecer CNE/CES nº 492/2001, a separação abismal entre licenciatura e bacharelado não foi completamente superada e reverbera em uma grande discussão na cúpula acadêmica até a atualidade. A não superação desta dicotomia não significa,

Volume 17, número 4, ano, 2021

segundo Ricci (2015), que os órgãos superiores da educação não tinham conhecimento do problema, mas que era expressiva a dificuldade para resolvê-lo.

A proposta para as DCNs feita no ano 2000, traça o perfil do estudante de história, onde:

O graduado deverá estar capacitado ao exercício do trabalho de Historiador, em todas as suas dimensões, o que supõe pleno domínio da natureza do conhecimento histórico e das práticas essenciais de sua produção e difusão. Atendidas estas exigências básicas e conforme as possibilidades, necessidades e interesses das IES, com formação complementar e interdisciplinar, o profissional estará em condições de suprir as demandas sociais relativas ao seu campo de conhecimento (magistério em todos graus, preservação do patrimônio, assessorias a entidades públicas e privadas nos setores culturais, artísticos, turísticos etc.). Neste sentido, não se deve pensar num curso que forma apenas professores, uma vez que a formação do profissional de História se fundamenta no exercício da pesquisa, não podendo a formação do docente ser compreendida sem o desenvolvimento de sua capacidade produzir conhecimento (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2000).

A partir deste trecho, é possível vislumbrar que, para o MEC, era indispensável que a formação do profissional de História se pautasse na integralidade e na articulação entre teoria e prática.

Porém, no que diz respeito à estruturação dos cursos, o texto aprovado em 2001 propõe que

O curso de licenciatura deverá ser orientado também pelas Diretrizes para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica em cursos de nível superior (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2001).

Sobre as duas citações anteriores, que embora postas no mesmo documento são contraditórias, é coerente salientar o posicionamento da Anpuh, no ano de 2001:

Ainda que as Diretrizes Curriculares dos Cursos de História, aprovadas pelo CNE e já homologadas, em sua introdução critique e proponha a superação da dicotomia entre Bacharelado e Licenciatura, a sua articulação às Diretrizes para a Formação Inicial de Professor de Educação Básica reafirma a separação e contraria a concepção de formação de um profissional de História capacitado ao exercício do trabalho do historiador em suas múltiplas dimensões, o que supõe o domínio da natureza do conhecimento e práticas essenciais a sua produção e difusão. (ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2001).

Volume 17, número 4, ano, 2021

Ou seja, por mais que as DCNs tragam a preocupação com a formação do professor-pesquisador, os cursos de Licenciatura em História continuam subordinados aos pareceres da pedagogia. Este fator certamente não contribui para a aproximação do ensino e da pesquisa, já que o professor-historiador não desempenhará com plenitude seu ofício, pois sempre estará amarrado às Diretrizes para a Formação Inicial de Professor de Educação Básica e estas não contemplam a especificidade da formação de professores de História.

Com a ascensão dos representantes do Partido dos Trabalhadores (PT) – Lula (2003-2010) e Dilma (2011-2016) – à presidência, a ideologia extremamente direitista e neoliberal dos governos anteriores foi atenuada e as políticas de inclusão, inclusive para a educação, tiveram um aumento substancial. Como por exemplo o sistema de cotas raciais e sociais; a Lei nº 10.639/2003 que determina a obrigatoriedade do estudo da História e da cultura africana e afro-brasileira nas escolas, esta que foi sancionada depois de muita luta do movimento negro; a Lei nº 11.645/2008 que adiciona o estudo da História e da cultura indígena nos currículos escolares e o Decreto nº 5.626/2005 que torna obrigatória a disciplina de LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) nas grades curriculares das graduações de licenciatura.

Para arcar com as novas demandas da educação básica propostas pelas leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, as grades curriculares dos cursos de Licenciatura em História precisaram ser alteradas para incluir disciplinas específicas para o estudo da história e da cultura indígena, africana e afro-brasileira, visto que as matrizes curriculares herdaram da tradição historiográfica europeia, um caráter extremamente eurocentrista.

No final da década de 2010, acompanhando a ascensão internacional da extrema-direita, Jair Bolsonaro venceu a corrida eleitoral e se elegeu presidente, assumindo o cargo em janeiro de 2019. Em sua Proposta de Plano de Governo (2018), Bolsonaro defende inúmeras vezes que uma de suas prioridades é uma educação livre de “doutrinação” e dá destaque à formação técnica, assim como praticado no período militar. Sua proposta de plano de governo para a educação inclui matemática, português e ciências como disciplinas-chave para o progresso educacional no país e defende o ensino à distância. Este mesmo documento rechaça a obra e a metodologia de um dos principais teóricos da educação, o brasileiro Paulo Freire e exalta o direitista conservador Olavo de Carvalho, este que se posiciona contrariamente em relação a todo tipo de movimentos que possam ser atribuídos à esquerda. Além disso, a pesquisa

Volume 17, número 4, ano, 2021

universitária aparece como uma estratégia para gerar novos produtos e aumentar os lucros no país, se a pesquisa não se volta para este objetivo, ela não é incentivada.

É evidente neste documento e nas falas polêmicas do atual presidente que a educação terá um tom semelhante ao dado durante o período militar, voltada para o tecnicismo e repleta de perseguições às ciências humanas. Ademais, as estratégias neoliberais dos anos 1990 também são uma constante: educação e pesquisa para aumentar os índices do país e para gerar lucro. Os últimos anos vêm desenhando um novo desmonte da educação com uma série de reformas e os próximos refletirão as consequências do apagamento do ensino de ciências humanas dos currículos escolares, a partir da nova reforma do ensino médio que está sendo gestada desde o governo Temer e dos cortes nas pesquisas que não alimentam o capitalismo, visto que não visam trazer lucro – as pesquisas das ciências humanas se enquadram majoritariamente nesta descrição.

Ocorre, atualmente, um fenômeno de demonização do professor, que passa a ser visto como doutrinador em prol de ideologias de esquerda, estas que vêm sendo motivação de preocupação da extrema direita no Brasil, impulsionada por um sentimento ávido de “antipetismo” e de anticomunismo. Todas estas questões que tangem o desmonte da educação influenciam o pensamento dos formandos em licenciaturas, surgindo assim um sentimento avassalador de desmotivação e de falta de perspectiva.

É em meio a este contexto nebuloso que a pesquisa procurou investigar em 2019 duas turmas de Licenciatura em História que se encontravam no último ano do curso em uma Universidade Estadual. O objetivo desta pesquisa de iniciação científica consistiu em compreender as perspectivas destes estudantes em relação ao papel do(a) professor(a) na atualidade, para tanto foram analisadas suas respostas para a sétima³ pergunta: Para você qual é o papel que o professor(a) desempenha na sociedade atual?

Nota-se que a pergunta não enuncia que os alunos deverão tratar pontualmente dos professores de história, mas as respostas foram em sua maioria relacionadas ao papel desta modalidade de docente. Pode-se explicar esta atitude dos alunos a partir da operação

³ Tal questão faz parte da pesquisa isolada (PqI) da docente Maria Paula Costa. A questão aqui investigada integra um questionário de 8 questões que foram respondidas por 14 estudantes. É importante ressaltar que nem todos os estudantes que se encontravam matriculados no último ano participaram da pesquisa.

Volume 17, número 4, ano, 2021

historiográfica proposta por Michel de Certeau. Em linhas gerais, para Certeau (1982), o lugar social dos indivíduos aliado às práticas sociais os induz à uma determinada narrativa. Portanto, por mais que não se trate pontualmente de professores de história, o lugar social dos alunos, que é a academia e as suas representações acerca do vivido os fazem construir uma narrativa a partir do seu ponto de vista em comum, o ponto de vista de futuros professores – especificamente – de história.

Como citado anteriormente no Projeto de Plano de Governo do presidente Bolsonaro, existe uma preocupação com uma suposta doutrinação à esquerda nas escolas e, para ele, isso é extremamente perigoso. A responsabilidade sobre esta suposta doutrinação cai sobre os ombros dos professores das humanidades, visto que estes abordam temas que instigam o aluno a problematizar a ideologia dominante em suas aulas⁴ (como por exemplo: movimentos sociais, ditaduras questões raciais, resistência das minorias e tantos outros), mas que são importantes para a formação do cidadão. Existe um imaginário construído de que tudo que incentiva o questionamento da sociedade é atributo da esquerda. Portanto, é de extrema importância a análise das respostas dos(as) formandos(as) em meio a este contexto e é por isso que o atual cenário político brasileiro aparece em grande parte das respostas. Para tanto, abaixo, estarão postas na íntegra algumas respostas dos(as) alunos(as) dos dois períodos e logo após segue a análise das mesmas.

O aluno 01 da turma N (23 anos), responde da seguinte maneira:

“Devido ao conturbado momento vivido, em tempos de muito acesso à informação de pouca qualidade, de pós-verdade, o papel do professor é fundamental para a desconstrução de certezas, o docente tem um acesso privilegiado ao aluno e, se dadas as condições, ele pode vir a ter um papel transformador, influencia como um formador de opinião, mas, na mesma medida, uma capacidade destrutiva grande”.

Seguindo, a aluna 02 da turma N (20 anos), responde:

“Ao meu ver, o professor não é o detentor do saber, que deve ser “passado” aos alunos, e sim uma espécie de orientador para o aluno, onde ambos também aprendem e ensinam ao mesmo tempo. No caso do professor de História, seu papel fundamental

⁴ Vale ressaltar que mesmo estes temas ganhando o estigma de polêmicos no atual momento, a BNCC de 2018 assegura que eles devem ser abordados em sala de aula. Portanto, os professores não estão impondo este tipo de conteúdo para seus alunos, estão seguindo o que dizem os documentos oficiais.

Volume 17, número 4, ano, 2021

seria o de orientar seus alunos para a construção de uma consciência histórica e de um pensamento crítico junto disso, a partir não da mera reprodução de conteúdos históricos, mas da problematização dos processos históricos, nos quais eles também estão inseridos, se tornando sujeitos históricos”

A aluna 07 da turma N (23 anos), alega que:

“Hoje, o professor e o ensino (principalmente das humanidades) tem sofrido ataques de diversos segmentos sociais e instituições. Com a ascensão de um conservadorismo nas esferas públicas, o professor de história vem frequentemente tendo o seu papel questionado, ameaças a sua autonomia sendo justificadas a partir de argumentos questionáveis sobre “doutrinação” de alunos e afins. Por isso, vejo que a função social que o professor exerce hoje, além de resistir ao sucateamento e acirramento das pressões em relação a educação, é a de propiciar através do ensino um espaço favorável para a manutenção do pensamento crítico e a desconstrução das naturalizações”.

Esta narrativa dos três estudantes citados é coerente, pois não há como pensar na prática docente sem levar em consideração o contexto econômico e social. Nas palavras de Vanderlei Barbosa:

Pensar o papel do educador frente aos desafios de uma sociedade em processo de mudança acelerada, em nossos dias, obriga-nos a refletir dentro do quadro econômico, regido pelo sistema neoliberal (BARBOSA, 1998, p.47).

Nas três respostas, é possível perceber que o professor está em uma posição de desvantagem, mas que ele mesmo assim resiste, pois, seu papel é incentivar o pensamento crítico nos alunos para que desta forma a situação se reverta. O incentivo ao pensamento crítico – que aparece na maioria das respostas de ambas as turmas – a convicção de que a mudança é possível e a consciência de que a educação é ideológica, são algumas das competências respectivas aos educadores defendidas por Paulo Freire (1996).

É de destaque na narrativa dos(as) aluno(as), que o cenário atual é conturbado pela questão da pós-verdade e da ascensão da ideologia de extrema direita, que é conservadora e neoliberal, este contexto histórico desfavorável para a prática dos docentes das humanidades, já foi identificado por Taffarel e Neves (2019) no ponto 6 transcrito anteriormente. É inegável que as *fake news* que ascenderam nos últimos anos espalham informações falsas e de

Volume 17, número 4, ano, 2021

pouca qualidade, tornando-se um embaraço para a prática docente, pois, seus saberes são deslegitimados. Nota-se também que os(as) alunos(as) possuem uma visão positiva do papel do professor na sociedade, visto que este instiga a problematização dos fatos em seus alunos e assim auxilia na formação do pensamento crítico, bem como da consciência histórica. É a partir disso que se dá a importância do professor, sua responsabilidade, sobretudo é combater os males da ignorância que os deixam em desvantagem. Nota-se em uma das respostas a influência do historiador alemão Jörn Rüsen na formação acadêmica, pois aparece o conceito de consciência histórica⁵ que é muito utilizado por este.

Seguindo, defende o aluno 02 da turma M (23 anos):

“Na sociedade atual o papel do professor é o de fazer, com que o aluno questione, tenha interesse em buscar saber mais sobre este nosso momento na atualidade, analisar a sociedade e o que está a sua volta, criando no aluno um pensamento crítico e histórico. Porém os professores não recebem o devido respeito, que merecem como formadores de futuros cidadãos, e também é aquele que encaminha o aluno para um determinado caminho e é o que forma todas as profissões”.

Em concordância com a resposta transcrita acima, o aluno 04 da turma M (22 anos), alega que:

“Enfrentamos muitos problemas com esta profissão na atualidade, porém é em meio a isso que vemos o papel do professor, que é fundamental na formação do futuro cidadão. Acredito que a educação ainda tem o objetivo de transformar a vida das pessoas, e um bom professor mesmo com algumas barreiras é fundamental neste processo. Por isso devemos continuar desempenhando este importante papel, lutando por uma melhoria na educação e quebrando as barreiras”.

Além das discussões sobre o momento conturbado e a função do professor como condutor da construção do pensamento crítico, o aluno 02 e o aluno 04 da turma M mencionam outro papel desempenhado pelo professor – o de ter a importante e respeitável função de formar cidadãos e outros profissionais.

⁵ Em linhas gerais, a consciência histórica para Rüsen (2010) diz respeito à operação mental que o ser humano faz ao compreender seu lugar no espaço-tempo e a partir disso agir conscientemente no presente.

Volume 17, número 4, ano, 2021

Ainda sobre a importância do professor como base da sociedade, a aluna 03 da turma N (20 anos), responde:

“Acho que o professor desempenha três papéis na sociedade. O primeiro é o que é realmente: ensinar e mesmo com todos os entraves, ainda acreditar na educação como fonte de mudança. O segundo é como a sociedade vê a docência de forma romântica: ser professor é um dom, e à docência deve ser praticada por amor, e em decorrência disso, torna-se a profissão mais importante que existe. E por fim, o terceiro é como a sociedade vê a docência de forma demoníaca: os professores, principalmente os das humanas são doutrinadores comunistas que querem ensinar ideologia de gênero e etc”.

É possível perceber no discurso da estudante, que ela, assim como seus colegas, reconhece que existe um imaginário sobre a docência ser a profissão mais importante que existe. A aluna concorda com Amorim (2011) ao identificar que a prática docente possui um olhar de si mesmo e um olhar da sociedade, que não são necessariamente concordantes. O olhar de si mesmo, de acordo com a aluna, seria acreditar na educação como fonte de mudança e o da sociedade seria ora demonizando, ora exaltando. Com a ascensão de governos autoritários e de extrema direita, o comunismo e tudo que se volta para pautas identitárias foi atribuído aos professores de história, visto que estes questionam a ideologia dominante – isso é muito perigoso para a manutenção da sociedade do capital. É verdade que o anticomunismo sempre foi presente no imaginário do Brasil e para que esse discurso se legitime, é necessário achar culpados.

Sobre as três últimas respostas, é possível afirmar que sim, existe um imaginário socialmente aceito de que o professor é a base de todas as profissões. Mas qual professor? É correto afirmar que algumas disciplinas escolares têm mais visibilidade e mais admiração por parte da sociedade, como por exemplo Língua Portuguesa e Matemática, que em muitas escolas possuem mais horas/aula do que as demais disciplinas. Além disso, coexistem com este discurso as fortes agressões contra os docentes, principalmente os professores das humanidades, que são frequentemente silenciados e demonizados, não só pelos governos conservadores como também pela sociedade que é afetada diretamente pela hegemonia. Na mesma medida que existe uma romantização da profissão, existe uma demonização da sociedade e um sucateamento pelo governo.

Volume 17, número 4, ano, 2021

O aluno 05 da turma N (21 anos), destoa das respostas de seus colegas fazendo uma afirmação interessante:

“Longe da intenção de generalizar, creio que o professor é visto como o profissional que tem a função de capacitar os estudantes para os vestibulares e o mercado de trabalho em geral”.

O estudante não alega que ele acredita que esta é de fato a função que deve ser desempenhada pelo professor e sim que ele é visto como responsável por tal designação. Quando o docente tem tal atributo, ele apenas repetirá informações prontas, para desta forma qualificar operários que futuramente alimentarão o mercado de trabalho, esvaziando, desta forma, toda a especificidade de seu ofício, tornando tal dinâmica alienante, cansativa e desgastante. É isso que convém chamar de proletarização do professor. Capacitar para o mercado de trabalho é um fator característico da educação tecnicista amplamente praticada durante a ditadura militar que o autoritarismo emergente nos governos de extrema direita busca tanto retomar. Para István Mészáros (2008), esta situação só se reverterá quando a sociedade romper totalmente com a lógica do capital, que é o que motiva a proletarização do docente e quanto mais a extrema direita ascende, mais esse rompimento se torna longínquo.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das respostas dadas pelos(as) acadêmicos(as), é possível traçar algumas conclusões. É perceptível que a grande maioria das afirmações feitas pelos respondedores faz menção ao novo e conturbado momento político que o Brasil enfrenta, sob ideais neoliberais e conservadores que buscam cada vez mais uma educação voltada para o mercado de trabalho e que tentam combater uma ideologia de esquerda infundadamente atribuída aos professores de história nas escolas de todo o país. Vale mencionar que movimentos contra o suposto vínculo das ciências humanas com a propagação do comunismo são apoiados pelo presidente, como

Volume 17, número 4, ano, 2021

Escola sem Partido⁶. Além disso, a nova BNCC⁷ é um expoente dessa preocupação do governo com a suposta ameaça que as ciências sociais e humanas podem representar para a ideologia dominante. Uma vez identificadas as angústias dos(as) alunos(as) de licenciatura, é possível que a academia pense em estratégias para preparar esta nova geração de docentes para um mercado de trabalho cada vez mais concorrido, devido à diminuição da carga horária das aulas de história proposta pela nova Reforma do Ensino Médio⁸ e para que estes profissionais saibam agir mediante aos novos obstáculos que o novo status quo possam inferir em sua profissão. Vale pontuar que, de acordo com as respostas dos estudantes, apesar do papel do professor na sociedade ser essencial para a construção de cidadãos críticos, a atual conjuntura promove a desvalorização de seu ofício. Dito isso, os(as) docentes devem procurar meios de driblar o sucateamento, mas acima de tudo, a resistência aos projetos que impedem o pleno exercício de sua profissão deve estar presente em todos os espaços.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA. **Diretrizes Curriculares/Formação de Professores.** Informativo eletrônico. Dezembro/2001. Disponível em: <

⁶ De acordo com o site <https://www.escolasempartido.org/>, o movimento foi criado em 2004 e seu intuito é contrariar à propagação de ideologias políticas e partidárias nas escolas e universidades. É possível notar que os adeptos do Escola sem Partido utilizam termos como “doutrinação” e fazem oposição ao que denominam “professores militantes”, muitas vezes o termo é atribuído aos docentes de ciências sociais e humanas.

⁷ A nova BNCC (Base Nacional Comum Curricular) foi aprovada em 2019 e causou polêmica entre os educadores, uma vez que apenas as disciplinas Português e Matemática se fazem obrigatórias nos três primeiros anos do Ensino Médio.

⁸ A Reforma do Ensino Médio foi ratificada ainda no governo de Michel Temer, ratificada no ano de 2017 e foi continuada no governo de Jair Bolsonaro. Nela, o estudante deve passar mais tempo na escola, sendo 1.000 horas anuais em período integral. Além disso, é possível que discentes escolham seus itinerários formativos de acordo com que área do conhecimento é mais atrativa e irá contribuir para suas futuras profissões. Desta forma, os estudantes sairão do Ensino Médio com conhecimento de algumas disciplinas e isso é um obstáculo para a formação de cidadãos críticos e conhecedores do mundo onde vivem.

Volume 17, número 4, ano, 2021

http://www.snh2011.anpuh.org/resources/download/1322573825_ARQUIVO_DOCUMENTOANPUH-DIRETRIZES.pdf>. Acesso em: 29/04/2020.

BARBOSA, Vanderlei. **Avaliando o papel do educador frente aos desafios de uma sociedade em processo de mudança acelerada**. Revista de Educação: PUC Campinas. v. 3, n. 5. p. 46-50, 1998.

BLOCH, Marc. **Apologia da História**. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 2001.

BOLSONARO, J. M. **O Caminho da Prosperidade**: proposta de plano de governo, 2018. Disponível em: <https://docs.google.com/viewerng/viewer?url=https://multimedia.gazetadopovo.com.br/paine/./media/docs/1534262010_plano-de-governo-jair-bolsonaro-2018.pdf?1589500630>. Acesso em: 14/05/2020.

CAIMI, Flávia Eloísa. **A licenciatura em História frente às atuais políticas públicas de formação de professores: um olhar sobre as definições curriculares**. Revista Latino-Americana de História- UNISINOS, América do Norte, 2013.

CERRI, Luís Fernando. **A formação de professores de História no Brasil**: Antecedentes e panorama atual. Revista história, histórias. Brasília, 2003.

CERTEAU, Michel De. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

AMORIM, Crislani Lima de. **Ser professor na atualidade: o olhar de si próprio e da sociedade**. Guarabira-PB: UEPB, 2011.

FONSECA, Selva Guimarães. 1996. **A formação do professor de História no Brasil**. In: **Encontro “Perspectivas do ensino de História”**, São Paulo, Anais... São Paulo, FEUSP, 1996.

FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e prática de ensino de História**: experiências, reflexões e aprendizados. Campinas, SP: Papirus, 2012.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

Volume 17, número 4, ano, 2021

MESQUITA, Ilka Miglio de; FONSECA, Selva Guimarães. **Formação de professores de História: experiências, olhares e possibilidades**. São Leopoldo: Unisinos, 2006.

MESQUITA, Ilka Miglio de. **Memórias/identidades em relação ao ensino e formação de professores de história: diálogos com fóruns acadêmicos nacionais**. Campinas, Sp: [s.n], 2008.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Proposta de Diretrizes para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica em Cursos de Nível Superior**. Brasília: MEC, 2000

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Diretrizes Curriculares dos cursos de História – Aprovadas pelo Parecer CNE/ CES n. 492/2001**. Brasília: MEC, 2001.

RICCI, Claudia Sapag. **Historiador e/ou professor de História: a formação nos cursos de graduação de História**. Revista História Hoje, v. 4, nº 7, p. 107-135, 2015.

RÜSEN, Jörn. **Razão histórica: teoria da história: fundamentos da ciência histórica**. 1ª reimpressão. Brasília: Editora UNB, 2010.

SCHIMIDT, Maria Auxiliadora Moreira dos Santos. **História do Ensino de História no Brasil: uma proposta de periodização**. Revista História da Educação- RHE. Porto Alegre, 2012.

TAFFAREL, Celi Nelza Zülke; NEVES, Maria Luiza Cardoso. **Tendências da educação frente à correlação de forças na luta de classes: uma análise do governo Bolsonaro na perspectiva educacional**. Estudos IAT. Salvador, v.4, n.2, p. 310-329, set., 2019.